

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

O Geógrafo Planejador: entre a Técnica e a Política

Pedro De Lamonica Imenes

SÃO PAULO, 2015

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

O Geógrafo Planejador: entre a Técnica e a Política

The Geographer Planner: between the Technical and Political

Pedro De Lamonica Imenes

Trabalho de Graduação Individual apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como exigência para conclusão do curso de graduação em geografia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Eliza Miranda

SÃO PAULO, 2015

AGRADECIMENTOS

Um obrigado a todos que de alguma forma ajudaram, direta ou indiretamente, na elaboração e inspiração deste trabalho, em especial:

A Universidade de São Paulo, o Departamento de Geografia e todo seu corpo docente, que tanto contribuíram para a formação profissional do geógrafo que sou e serei.

A Eliza, orientadora, com suas proposições aguçadas, paciência e reuniões intermináveis, mas que de tão agradáveis acabavam num piscar de olhos.

As geógrafas, altamente profissionais e competentes, que gentilmente cederam seus depoimentos e suas histórias de vida para que este trabalho pudesse ser elaborado.

E finalmente, a Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano e todo seu corpo técnico, que tanto me instigou e ensinou sobre o Planejamento e a realidade prática da Geografia.

SUMÁRIO

Apresentação	7
INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO 1 – O SUJEITO DA PRÁTICA	15
CAPÍTULO 2 – O GEÓGRAFO PLANEJADOR – “O profissional que analisa [...] e correlaciona...”	19
CAPÍTULO 3 – O GEÓGRAFO NA ESFERA TÉCNICA E POLÍTICA – “a distância entre a decisão que se toma e o plano que se faz”	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	40

Resumo

Este trabalho elabora algumas reflexões sobre Planejamento e Geografia, levando em consideração não apenas parte do referencial teórico da geografia, mas também alguns depoimentos coletados pessoalmente de profissionais da geografia que trabalharam e ainda trabalham na área de planejamento, ou seja, os sujeitos da prática geográfica. Assim, de alguma forma, esboça um retrato, ainda que parcial, da atual situação prática da geografia neste campo de atuação, levantando problemas de ordem técnica e política. A história do Planejamento no Brasil, desde o final do século XIX e início do século XX até os dias atuais, nos mostra as diferentes funções que o Estado brasileiro desenvolveu e as diversas concepções vigentes sobre o modo como este deveria atuar. Tal revisão, somada aos depoimentos e aos referenciais teóricos, forneceu rico material para a discussão e para o embate dialógico entre teorias e práticas geográficas, possibilitando vislumbrar futuros caminhos de pesquisa sobre o tema, que possam contribuir para uma melhor compreensão e atuação do conhecimento geográfico no planejamento.

Palavras-Chave – Geografia, Planejamento, Estado, Política, Técnica, Teoria, Prática, Políticas Públicas.

Abstract

This paper elaborates some thoughts about Planning and Geography, taking into account not only a part of the theoretical geography reference, but also some personally collected testimonials from professionals in geography who have worked and still work in the planning area, i.e., the subjects of geographic practice. So somehow, sketch a picture, even that partially, the current practical situation of geography in this field of activity, raising problems of technical and political order. The history of Planning in Brazil, since the late nineteenth century and early twentieth century until the present day, shows the different functions that the Brazilian State has developed and the various current conceptions of how it should act. Such a review, added to the testimonies and the theoretical references, provided rich material for discussion and for the dialogic encounter between geographical theories and practices, giving a glimpse of future ways of research on the subject, that can contribute for a better understanding and performance of the geographical knowledge in planning.

Key-Words – Geography, Planning, State, Politics, Technique, Theory, Practice, Public Policy.

Apresentação

Como este é o espaço reservado para, além de apresentar o trabalho, introduzir o leitor sobre o contexto e as razões do autor, peço licença para escrever apresentando-me na primeira pessoa do singular, já que são os meus anseios de que estou falando.

Este trabalho é fruto de amplo interesse pelo Planejamento e, sobretudo, pela Geografia, e foi desenvolvido com o anseio de levantar e trabalhar algumas questões concernentes à geografia e ao trabalho do geógrafo na área do planejamento que foram surgindo durante o período de minha graduação. Durante quase três anos tive a valiosa oportunidade de trabalhar na Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A (Emplasa), e lá pude vivenciar os mais diversos trabalhos e situações do cotidiano da empresa pública dentro e fora de minha área de formação acadêmica. Trabalhando com projetos de avaliação de impacto socioeconômico sobre a implantação de linhas de metrô (Metrô/SA) e corredores de ônibus intermunicipais (EMTU/SA), além de relatórios de impacto e controle de ocupação da implantação dos trechos Norte e Sul do Rodoanel, as experiências e aprendizados que tive no ambiente de trabalho foram muito ricos e frutíferos para minha formação, e completamente diferentes das experiências e aprendizados que tive no ambiente acadêmico (e vice-versa).

Nesse ínterim, fui refletindo sobre diversas questões acerca do trabalho do geógrafo e sobre as práticas do planejamento, e nenhum dos ambientes, academia ou trabalho, me possibilitaram respostas claras sobre tais questões. Assim, o presente trabalho, sem a pretensão de concluí-las ou respondê-las, é mais um ensaio sobre essas dúvidas, uma tentativa de melhor formulá-las. De repensar a importância do planejamento estatal, o interesse da Geografia pelas ações e legislações do Estado sobre o seu território e as contribuições que a mesma tem a oferecer a um planejamento para o País. Da mesma forma como tais dúvidas surgiram (na relação entre o aprendizado teórico/acadêmico e o aprendizado prático/trabalho), buscamos, no presente estudo, trabalhar com o confronto entre a

prática (ou o discurso dos agentes da prática geográfica) e a teoria (ou o discurso dos agentes teóricos/acadêmicos da geografia).

A seguir apresento resumidamente o que será observado no presente trabalho: Inicialmente será elaborada uma breve revisão sobre a história do planejamento e o desenvolvimento do conhecimento geográfico no Brasil, desde fins do século XIX e início do século XX até os dias atuais. No primeiro capítulo será apresentada a metodologia de trabalho que utilizamos, destacando especialmente a busca de elementos da realidade a partir dos sujeitos das práticas geográficas. No segundo capítulo serão levantadas algumas concepções sobre a ciência geográfica e comparadas com as concepções de geografia extraídas dos depoimentos dos geógrafos entrevistados, além de questões de ordem prática sobre as atribuições do geógrafo no planejamento estatal. No terceiro capítulo, serão elaboradas reflexões, através das falas dos entrevistados, sobre o trabalho do geógrafo na esfera pública e como este lida com as questões de ordem técnica e política, suas responsabilidades perante a sociedade e os problemas que se desenrolam a partir de tais reflexões. Por fim, no último capítulo, serão feitas as considerações finais, buscando tecer uma articulação entre os problemas levantados, ressaltando a importância da presença da geografia no planejamento e indicando possíveis caminhos de pesquisa que apareceram no decorrer deste trabalho que podem ajudar a melhor elucidar o campo de ação estatal sobre a sociedade, o governo e o território, isto é, o planejamento e as políticas públicas.

INTRODUÇÃO

No período anterior à década de 1930, antes do Estado Novo de Getúlio Vargas, o planejamento no Brasil não era propriamente institucionalizado. O país possuía características primário exportadoras, comandado pelas grandes oligarquias do complexo cafeeiro paulista, não havendo, por assim dizer, uma formalização do planejamento no país ou mesmo uma centralização institucional do Estado brasileiro nas ações sobre o território, com estrutura, metas e objetivos claros. Assentado sobre a teoria do “laissez-faire”, de livre concorrência e confiante no equilíbrio natural da economia, o país, até a crise de 1929, só se arriscava a planejar sobre assuntos de utilidade pública, como hospitais e escolas, sem competências sobre o âmbito econômico/empresarial.

O mesmo, poderíamos dizer, ocorria sobre o conhecimento geográfico. Sendo praticado já há algum tempo por profissionais de outras áreas do conhecimento, é inegável a existência da geografia como campo de conhecimento prático e cultural no país já de muito antes de sua institucionalização científica. Muitos trabalhos geográficos foram desenvolvidos entre o fim do século XIX e início do século XX, principalmente por profissionais da engenharia, tais como os engenheiros cartógrafos e topógrafos, entre outros.

Este período pode ser caracterizado como a pré-institucionalização da geografia, e também do planejamento, quando diversos trabalhos geográficos de importância para a formação territorial e da identidade nacional foram produzidos sem que houvesse, propriamente, profissionais da geografia, ou mesmo uma ciência geográfica institucionalizada no país. Os trabalhos da época apontavam para a visão de um país como “*um espaço a se ganhar*”, ou seja, preocupavam-se com a unidade territorial nacional e até onde seus limites poderiam atingir, quais riquezas poderiam conter (MORAES, 1991, p. 171). Era uma produção geográfica voltada para os potenciais e limites do território e da população frente ao projeto de modernização futuro.

Certamente houve algumas tentativas de planejar nos anos precedentes à década de 1930, porém é a crise de 1929 e a instauração da ditadura de Getúlio

Vargas que marcam o início de um processo de ações governamentais programadas, *“sistematização de informações, tomada de decisões e a própria execução de medidas de política econômica.”* (MARANGONI, 1982)

Assim, com os processos transformadores passados a partir da década de 1920, a crise de 1929, a Revolução de 1930 e a ditadura de Vargas, dá-se início a um novo período no planejamento e na geografia no Brasil. Com a transição de um modelo primário exportador para o princípio de uma industrialização e urbanização nacional, a aceitação das teorias de Keynes e o pacto americano do “New Deal”, o Estado adquire um novo papel de intervenção na economia, antes inaceitável no mundo capitalista, centralizando seus poderes no Executivo, o Governo Vargas promoveu uma reforma administrativa que alterou as forças que controlavam o poder político nacional. Desta forma é institucionalizado o planejamento no Brasil, com a criação de diversos órgãos governamentais para arcar com tais competências, primeiramente com a criação do Conselho Federal de Comércio Exterior, em 1934, e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Estes talvez tenham sido os primeiros organismos de Estado, nacional, a desempenhar funções próprias de planejamento e, seguindo este caminho, diversos outros órgãos foram criados com o intuito de formalizar e institucionalizar o papel do Estado na ação sobre o território e a economia, vistos como assuntos de interesse nacional. É também neste período que se fundaram importantes universidades. A Universidade do Rio de Janeiro, em 1920, posteriormente denominada Universidade do Brasil com a reforma de Vargas, em 1937, e atualmente Federal do Rio de Janeiro, e a Universidade de São Paulo, em 1934. Com elas temos a criação dos primeiros cursos de graduação em geografia do país. A normatização da disciplina no ensino básico, a fundação da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), em 1934 por Pierre Deffontaines, do Conselho Nacional de Geografia (CNG), em 1937, e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1938, vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, são outros fatos importantes que levaram rapidamente à formação de uma comunidade de geógrafos no país. Este processo, no entanto, passa por caminhos que pouco se conectam com a produção geográfica do fim do século XIX, diluindo parte do debate antes existente e pouco contribuindo sobre as questões de ordem nacional, mais preocupados em fornecer estudos técnicos para

as ações do governo e com a ocupação do novo espaço no ensino escolar (PEREIRA, 2000).

Hoje vemos que não foi coincidência o surgimento dessas instituições em concomitância com a centralização do poder político e econômico e um primeiro aparelhamento do Estado brasileiro. O país, então definido e unificado, deveria ser conhecido, explorado, desenvolvido a partir de um modelo de desenvolvimento para dentro, ou seja, de industrialização nacional, a partir da ação forte e centralizadora do poder estatal. Ideologicamente, a noção de planejamento era muito comumente associada aos regimes socialistas, principalmente na Rússia, sendo que levou tempo para que se compreendesse que Planejamento e Democracia não são práticas antagônicas ou opostas e que também pode ser válido e positivo numa sociedade capitalista. O momento dessa inflexão se dá com a crise de 1929 e é a partir deste processo que, com o tempo, tornou-se exigência, em praticamente todas as esferas de governo – principalmente a partir de 2001 com a aprovação do Estatuto das Cidades –, a existência de planos de governo.

Entre as décadas de 1930 e 1960, mais especificamente 1964, podemos observar um gradual aprofundamento desse processo, com oscilações, em alguns momentos, de uma acentuada concentração do poder nas mãos do Executivo e, em outros momentos, de uma ascensão do poder Legislativo, ocorrendo o embate de diversas correntes, das mais conservadoras às mais progressistas. Ora voltado para o desenvolvimento interno e uma economia independente, ora voltado para o capital internacional e uma economia de dependência (IANNI, 1979). Analisando os planos desenvolvidos durante este período, Ana Maria Marangoni, em sua tese de doutoramento, apresenta três pontos fundamentais:

“a) a setorialidade das medidas adotadas, pelo menos até o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, que parece tentar soluções mais globais; b) a falta de continuidade em relação aos sucessivos planos de governo; c) a influência, em determinado período, pelo menos, de uma escola norte-americana de planejamento.” (MARANGONI, 1982).

Não nos aprofundaremos mais nesse assunto, mas tais colocações, muito pertinentes, nos serão úteis mais adiante, no transcorrer do trabalho.

A partir de 1964, com a instauração da ditadura militar, o país vive um novo período político e econômico, transformando profundamente a estrutura

institucional e a distribuição do poder e, conseqüentemente, sua forma de planejar. No período militar, o Estado toma para si os poderes da nação, centralizando e formando uma tecnocracia estatal, ou seja, o planejamento estratégico é realizado, de forma racionalizada, pela supremacia das organizações técnicas, a tecnoestrutura estatal, e as decisões tomadas pelo Estado. Com exceção, talvez, do Plano de Integração Nacional e o projeto de implantação da Transamazônica, na década de 1970, que foram executados de uma forma que pouco levou em consideração a suposta racionalidade técnica que o período militar teria implantado no país.¹ Isso, no entanto, seria tema para outra pesquisa e não temos dados suficientes para afirmar tal proposição com clareza e convicção. Deixamos, portanto, apenas levantada a hipótese.

Este período é marcado pela forte exploração do território brasileiro em função da economia internacional, do financiamento de capital externo e da alta exportação de matérias primas. A maior parte das indústrias nacionais são absorvidas por grandes empresas estrangeiras, as multinacionais, dizimando a maior parte da produção interna do país.

Podemos também aqui observar, provavelmente não por acaso, a concomitância na criação de diversos novos órgãos setoriais e técnico-administrativos nos diversos níveis de governo do país e uma maior ação planejadora no sentido jurídico e legislativo, além de executivo. Especificamente no Estado de São Paulo, podemos citar a criação da Companhia Metropolitana de São Paulo (Metrô), em 1965, a fundação do Grupo Executivo da Grande São Paulo (Gegran), em 1967, que posteriormente se tornaria a atual Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (Emplasa) e a elaboração dos Planos Metropolitanos de Desenvolvimento Integrado (PMDIs), a partir de 1970. Em nível nacional, o desenvolvimento de Planos Estratégicos e a aprovação da Lei 6.664/1979 que define as atribuições do trabalho profissional do geógrafo. É neste período, também, que se passa a definir objetivamente as regiões metropolitanas do país, os planos regionais, e a legislação de atribuições profissionais, possibilitando a formação de uma comunidade técnica apta para trabalhar para o Estado, centralizador das decisões políticas.

¹ MORAIS, Fernando; GONTIJO, Ricardo e CAMPOS, Roberto De Oliveira. *Transamazônica*. 1. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.

Como bem observou Ana Marangoni, podemos distinguir, desde o início do século XX até os anos da ditadura militar, a existência de três fases distintas principais do ponto de vista da hegemonia ideológica referente ao planejamento no Brasil: *“a do desenvolvimentismo nacionalista da época de Getúlio Vargas, a do desenvolvimentismo ‘pragmático’ (mas não caracteristicamente nacionalista) do período de Juscelino Kubitscheck, e, finalmente, o desenvolvimentismo com segurança nacional”*. (MARANGONI, 1982)

Com o fim do governo militar e a reabertura democrática, o planejamento estatal passou a ser visto de forma negativa e autoritária, nas mãos de um grupo de tecnocratas que atendiam somente aos interesses setoriais. Após a constituição de 1988, o debate sobre o planejamento se abre novamente, com novas discussões e surgindo, inclusive, novos termos e práticas na busca de uma ressignificação, tais como ‘políticas públicas’, ‘processo participativo’, e a relativamente recente ascensão da importância dos Planos Diretores Municipais, oficializada com o Estatuto das Cidades, em 2001, o que não quer dizer que se superou a condição anterior, ou mesmo que não seja mais praticada.

De qualquer forma, é corriqueiro ouvirmos, atualmente, discursos que demandam e reclamam por mais planejamento, seja por intermédio da mídia ou nas inter-relações da sociedade. Afirma-se muito que há falta de planejamento, falta de interesse, que há necessidade de ações mais organizadas e integradas. Apesar de tais opiniões, a partir de uma breve consulta podemos rapidamente constatar a enorme quantidade de estudos e planos que são elaborados todos os anos, ao menos setorialmente. E, nesse contexto, algumas perguntas surgem: será mesmo que falta planejamento? Como são conduzidos? E, se temos planos, porque não são realizados? Será uma questão técnica, do planejar, ou uma questão política, do decidir?

Para nós, a necessidade de haver um planejamento estatal é claramente obrigatória. Como comumente se diz, não existe vácuo ou vazio político, alguém há de ocupar tal espaço. Se não houver planejamento estatal, não será preciso esperar muito para observar os diversos ramos da esfera privada tomarem conta do problema; aliás, tais relações já acontecem e torna-se cada vez mais clara a presença e influência quase que inevitável da iniciativa privada junto à ação estatal.

De qualquer forma, podemos dizer que, para nós, a necessidade da existência de um planejamento estatal coloca em evidência nossa posição por uma sociedade que se preocupa com o próprio futuro – e a forma como se desenvolve e se constrói – e que este futuro seja construído pela via democrática.

Sendo assim, pretendemos com este trabalho esboçar um retrato, mesmo que parcial, do geógrafo planejador dos últimos anos. O que ele tem feito, quais suas visões, como ele vê a situação do planejamento hoje, quais as contribuições que a geografia pode oferecer,...? O objetivo é levantar questões que são importantes tanto para a Geografia, quanto para o Planejamento, através das falas dos sujeitos da prática do planejamento e da geografia hoje, e contrapor com os discursos teóricos da geografia acadêmica.

CAPÍTULO 1 – O SUJEITO DA PRÁTICA

Buscamos aqui apreender e levantar questões que se realizam na esfera prática da geografia e do planejamento estatal e concluímos ser a realidade o campo empírico da maior importância para recolher dados, materiais e as informações relevantes que nos interessam, por fornecer a possibilidade de trabalhar com problematizações concretas, e não ideais ou hipotéticas. O nosso principal método de pesquisa ficou centrado na entrevista aberta, com roteiro semiestruturado e posterior análise qualitativa da mesma. Concluímos não existir melhor forma de recolher dados da realidade prática senão a partir dos indivíduos que nela atuam, os sujeitos das práticas sociais: o geógrafo que trabalha no planejamento. Ora, se queremos buscar um retrato da realidade, que outra forma haveria senão ir diretamente até a mesma? Neste sentido, buscamos as falas livres desses sujeitos, para que pudessem falar abertamente sobre o tema abordado, possibilitando uma análise qualitativa – *“porque pesquisar através de uma análise qualitativa quer dizer estar ‘apreendendo’ o fenômeno dentro de todo o seu contexto [social, histórico, cultural e psicológico] e interpretando seu significado”* (ALVES & SILVA, 1992, p. 66) – da realidade prática do geógrafo no planejamento estatal.

Podemos destacar as vantagens que encontramos em utilizar a entrevista aberta, com roteiro semiestruturado, ao invés do questionário fechado. O foco principal da entrevista é captar um momento da realidade sob o ponto de vista de um sujeito que constitui parte desta realidade, o agente histórico. Perguntas fechadas tendem, muitas vezes, a abster o entrevistado de outras possíveis respostas não pensadas pelo entrevistador, ou então a dificultá-las. A entrevista aberta tem a vantagem de deixar o entrevistado livre para responder como melhor desejar, deixando assim “escapar” elementos, próprios de sua experiência na área, que ultrapassam os limites da pergunta objetiva do entrevistador, o que caracteriza melhor o sujeito, suas posições e o próprio contexto no qual está inserido. O roteiro semiestruturado, contudo, mantém uma linha guia para o entrevistador, mantendo-o dentro dos limites de sua pesquisa e consciente daquilo que pretende apreender, linha esta definida pelos *“núcleos de interesse do pesquisador, que têm vinculação direta com seus pressupostos teóricos (abordagem conceitual) e contatos prévios*

com a realidade sob estudo” (ALVES & SILVA, 1992, p. 63), mas deixando-o livre para tomar diferentes rumos conforme o caminhar da entrevista, podendo desvelar elementos qualitativos importantes, difíceis de extrair em um roteiro fechado e que talvez não tivesse conhecimento anteriormente. Além disso, este mesmo roteiro é aplicado a todos os entrevistados, de forma a possibilitar comparações e esquematizações, a *posteriori*, de respostas sobre perguntas similares e futuras categorizações.

A aplicação de uma entrevista não requer apenas a montagem de um roteiro e sua execução. Devemos ter sempre em mente o objeto e as problematizações de nossa pesquisa, para que nos norteiem, e buscar nas falas e expressões do sujeito entrevistado os elementos escondidos que podem revelar relações com o tema trabalhado. E aí reside um fator positivo da entrevista aberta: o entrevistador tem a vantagem daquilo que Mikhail Bakhtin chama de *‘excedente da visão estética’*, *“condicionado pela singularidade e pela insubstituíbilidade do meu lugar no mundo: porque nesse momento e nesse lugar, em que sou o único a estar situado em dado conjunto de circunstâncias, todos os outros estão fora de mim”* (BAKHTIN, 2011, p. 21). Ou seja, a visão externa que o entrevistado não tem de si mesmo. Este excedente completa o “quadro” do sujeito entrevistado nos elementos que ele mesmo não pode exprimir conscientemente, proporcionando uma visão mais completa de seu contexto e forma.

O excedente de visão é o broto em que repousa a forma e de onde ela desabrocha como uma flor. Mas para que esse broto efetivamente desabroche na flor da forma concludente, urge que o excedente de minha visão complete o horizonte do outro indivíduo contemplado sem perder a originalidade deste. Eu devo entrar em empatia com esse outro indivíduo, ver axiologicamente o mundo de dentro dele tal qual ele o vê, colocar-me no lugar dele e, depois de ter retornado ao meu lugar, completar o horizonte dele com o excedente de visão que desse meu lugar se descortina fora dele, convertê-lo, criar para ele um ambiente concludente a partir desse excedente da minha visão, do meu conhecimento, da minha vontade e do meu sentimento. (BAKHTIN, 2011, p. 23)

Assim, temos um contato – entrevistador e entrevistado – que seja mais dialógico e minucioso, de forma que interessa não somente a fala propriamente do entrevistado, mas o modo e os motivos com que faz esta fala.

Entrevistas abertas, contudo, produzem uma grande quantidade de dados, muito diversificados e singulares de cada sujeito. Torna-se necessária uma

sistematização dos dados, de modo a selecionar e organizar aquilo que mais interessa ao estudo, categorizando as falas. Zélia Alves e Maria da Silva caracterizam a análise qualitativa de entrevistas como

“...buscar uma apreensão de significados na fala dos sujeitos, interligada ao contexto em que eles se inserem e delimitada pela abordagem conceitual (teoria) do pesquisador, trazendo à tona, na redação, uma sistematização baseada na qualidade, mesmo porque um trabalho desta natureza não tem a pretensão de atingir o limiar da representatividade.” (Alves e Silva, 1992, p. 65)

Devemos, portanto, buscar ordenar e sistematizar as falas recolhidas de forma que se tornem mais úteis, conforme nossos interesses, levando em conta o movimento de três aspectos principais, sendo, os problemas da pesquisa; a abordagem conceitual; e, as questões advindas do próprio sujeito e da realidade estudados, montando com as falas um quadro de categorias mais bem definidas (Alves e Silva, 1992). Este quadro tornou possível uma primeira estruturação do trabalho, traçando os primeiros caminhos a percorrer e as principais temáticas a serem abordadas.

Por fim, não podemos esquecer a importância do trabalho de campo no exercício da pesquisa, principalmente em se tratando de conhecimento geográfico. Ana Marangoni, no prólogo de sua tese de doutorado, levanta algumas questões de muito bom senso e importância, entre elas destaco:

“1. um curso universitário deve, entre outras coisas, fornecer ao aluno elementos para, sobretudo, capacitá-lo a formular indagações objetivas, chegar a “dúvidas científicas”, a tentar primeiro equacionar problemas, para então procurar soluções.

2. a pesquisa científica deve ser feita com a intenção de constatar, de explicar, e nunca com a de provar (se a constatação ou a explicação prova ou negam uma hipótese inicial, não será mais ou menos científica por uma ou outra das conclusões).

3. a pesquisa deve sempre levar em conta a realidade.

4. a realidade é o que é, e não o que se quer que ela seja (embora possa ser parcial e objetivamente transformada)” (MARANGONI, 1982). (grifos do autor)

O trabalho de campo é, assim, elemento indispensável para extrair elementos da realidade concreta, e a partir destes, levantar ideias e problematizações científicas acerca do assunto:

“...trata-se, primeiramente, de reconhecer e denominar os elementos de um concreto, densamente compacto, mais ou menos opaco e, em seguida, extrair dele ideias, cifras e isto em função de uma problemática mais ou menos explícita e de pressupostos mais ou menos implícitos.”
(LACOSTE, 1949, p. 77).

A seguir apresentaremos o roteiro semiestruturado utilizado nas entrevistas. As perguntas foram elaboradas procurando buscar saber um pouco sobre a formação do sujeito entrevistado, suas concepções acerca da geografia e do planejamento, quais as funções que este desempenha e quais as questões que surgem no universo prático da geografia e do planejamento estatal.

Roteiro Semiestruturado

1 – Breve relato da trajetória de formação profissional como geógrafo, principalmente na área de planejamento.

2 – Noções acerca do planejamento: o que é, como é trabalhar, o que envolve?

3 – A contribuição do geógrafo para o planejamento.

4 – A relação entre as estruturas técnicas e o posicionamento perante a lei. (pensar na interação entre sistema técnico e sistema de ações que perpassa por relações políticas; a visão do planejamento pela realização da lei e o papel político do geógrafo).

CAPÍTULO 2 – O GEÓGRAFO PLANEJADOR – “O profissional que analisa [...] e correlaciona...”

Ao longo do tempo, foram diversas as concepções sobre a atuação e as atribuições do geógrafo na sociedade brasileira. Diversos foram, também, os tipos de trabalhos que este desenvolveu e as responsabilidades que assumiu frente aos problemas do país e da sociedade.

Como já apresentado anteriormente, primeiramente tivemos trabalhos geográficos voltados para os potenciais e limites do território e da sociedade brasileira, a preocupação com a unidade e a ocupação do território nacional. Depois a geografia se institucionaliza e se acomoda na cadeira do ensino escolar e na produção de subsídios para as ações governamentais, pouco se preocupando em debater as questões nacionais dentro do ambiente acadêmico, apoiada principalmente sobre a “*retórica de valorização do território nacional*” (PEREIRA, 2000, p. 2). Com os novos rumos do país, o surgimento de novas questões que demandam outros profissionais, a geografia, no final da década de 1970, entra em um longo período que costuma se chamar de “crise da geografia”. Este momento trouxe um esforço de renovação, buscando rever as bases epistemológicas e metodológicas da disciplina, motivado principalmente pelo medo de perder o estatuto de ciência e buscando retomar os debates há muito esquecidos. A Nova Geografia e a Geografia Crítica (ou Geografias Críticas) são as duas principais correntes deste período. As principais fontes bibliográficas do presente trabalho, no entanto, são derivadas do movimento denominado Geografia Ativa.

É em 15 de setembro de 1980 que o então presidente João Figueiredo assina o Decreto Nº 85.138 que regulamenta a Lei Nº 6.664 de 26 de junho de 1979, que disciplina a profissão do geógrafo e suas atribuições. Como já mencionado anteriormente, esta ação vinha com o intuito de aprovar e inserir o geógrafo dentro do quadro técnico governamental da época, com vistas a formar uma tecnocracia, para atuar também no Estado e planejar sobre o território nacional. Não é por acaso que dentre as atribuições listadas, o geógrafo pode e deve reconhecer e levantar estudos e pesquisas para delimitação e caracterização de regiões geográficas, equacionamento e solução de problemas atinentes a recursos naturais, políticas de

povoamento, para fins de planejamento e organização espacial. Por ser uma lei breve e objetiva, optamos por apresentá-la aqui na íntegra, oferecendo assim a oportunidade de apreendê-la da forma mais completa possível sem que seja fatigante:

LEI Nº 6.664, DE 26 JUN 1979 ²

Disciplina a profissão de Geógrafo e dá outras providências.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º- Geógrafo é a designação profissional privativa dos habilitados conforme os dispositivos da presente Lei.

Art. 2º- O exercício da profissão de Geógrafo somente será permitido:

I - aos Geógrafos e aos bacharéis em Geografia e em Geografia e História, formados pelas Faculdades de Filosofia, Filosofia Ciências e Letras, pelos Institutos de Geociências das Universidades oficiais ou oficialmente reconhecidas;

II - (vetado);

III - aos portadores de diploma de Geógrafo, expedido por estabelecimentos estrangeiros similares de ensino superior, após revalidação no Brasil.

Art. 3º- É da competência do Geógrafo o exercício das seguintes atividades e funções a cargo da União, dos Estados dos Territórios e dos Municípios, das entidades autárquicas ou de economia mista e particulares:

I - reconhecimentos, levantamentos, estudos e pesquisas de caráter fisicogeográfico, biogeográfico, antropogeográfico e geoeconômico e as realizadas nos campos gerais e especiais da Geografia, que se fizerem necessárias:

a) na delimitação e caracterização de regiões, sub-regiões geográficas naturais e zonas geoeconômicas, para fins de planejamento e organização físico-espacial;

b) no equacionamento e solução, em escala nacional, regional ou local, de problemas atinentes aos recursos naturais do País;

c) na interpretação das condições hidrológicas das bacias fluviais;

d) no zoneamento geo-humano, com vistas aos planejamentos geral e regional;

e) na pesquisa de mercado e intercâmbio comercial em escala regional e interregional;

f) na caracterização ecológica e etológica da paisagem geográfica e problemas conexos;

g) na política de povoamento, migração interna, imigração e colonização de regiões novas ou de revalorização de regiões de velho povoamento;

h) no estudo físico-cultural dos setores geoeconômicos destinados ao planejamento da produção;

i) na estruturação ou reestruturação dos sistemas de circulação;

² BRASIL, Lei Nº 6.664, de 26 de junho de 1979. Disciplina a Profissão de Geógrafo e dá outras providências.

j) no estudo e planejamento das bases físicas e geoeconômicas dos núcleos urbanos e rurais;

l) no aproveitamento, desenvolvimento e preservação dos recursos naturais;

m) no levantamento e mapeamento destinados à solução dos problemas regionais;

n) na divisão administrativa da União, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios.

II - A organização de congressos, comissões, seminários, simpósios e outros tipos de reuniões, destinados ao estudo e à divulgação da Geografia.

Art. 4º- As atividades profissionais do Geógrafo, sejam as de investigação puramente científica, sejam as destinadas ao planejamento e implantação da política social, econômica e administrativa de órgãos públicos ou às iniciativas de natureza privada, se exercem através de:

I - órgãos e serviços permanentes de pesquisas e estudos, integrantes de entidades científicas, culturais, econômicas ou administrativas;

II - prestação de serviços ajustados para a realização de determinado estudo ou pesquisa, de interesse de instituições públicas ou particulares, inclusive perícia e arbitramentos;

III - prestação de serviços de caráter permanente, sob a forma de consultoria ou assessoria, junto a organizações públicas ou privadas.

Art. 5º- A fiscalização do exercício da profissão de Geógrafo será exercida pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

Art. 6º- O Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia somente concederá registro profissional mediante apresentação de diploma registrado no órgão próprio do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 7º- A todo profissional registrado de acordo com a presente Lei será entregue uma carteira de identidade profissional, numerada, registrada e visada no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, na forma da Lei.

Art. 8º- É vedado o exercício da atividade de Geógrafo aos que, 360 (trezentos e sessenta) dias após a regulamentação desta Lei, não portarem o documento de habilitação na forma prevista na presente Lei.

Art. 9º- A apresentação da carteira profissional de Geógrafo será obrigatoriamente exigida para inscrição em concurso, assinatura em termos de posse ou de quaisquer documentos, sempre que se tratar de prestação de serviços ou desempenho de função atribuída ao Geógrafo, nos termos previstos nesta Lei.

Art. 10 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 11 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 - Revogam-se as disposições em contrário.

Para o atual trabalho, foi feita uma consulta bibliográfica a respeito do trabalho do geógrafo em busca de suas características e as contribuições que este pode oferecer para o planejamento. Dentre as principais fontes consultadas estão os livros *Terra dos Homens: a geografia* (2014), de Paul Claval, e *O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo* (2001), de Milton Santos, além de *Geografia Ativa* (1973), de Pierre George e outros. No primeiro, o autor apresenta o conhecimento

geográfico como prática cultural das populações humanas: a geografia como habilidade, saber e conhecimento está presente na humanidade desde os tempos mais remotos. Seja para a orientação, para o “*domínio humano sobre a terra*”, para a “*estruturação do espaço social*” ou para se “*fazer a guerra*”, a geografia é um conhecimento presente e ao alcance de todos, como prática, como cultura e como experiência (CLAVAL, 2014). Importante reconhecer que tal relação pode ser generalizada para diversas outras ciências, não sendo uma exclusividade da geografia o fato de ter se tornado conhecimento científico muito tempo depois de já ser um “*saber banal, ao alcance de todo mundo*” (CLAVAL, 2014).

“Desde a origem dos tempos, todo homem é geógrafo. Ele segue sendo ainda hoje. A geografia não faz nascer curiosidades, nem ensina atitudes, habilidades ou conhecimentos que teriam ficado desconhecidos até sua aparição. É normal: o universo científico não é aquele da revelação: para explicar as coisas do mundo e da vida, a verdade não cai de paraquedas de um certo além. Ela é resultante das experiências renovadas e de procedimentos imaginados há muito pelos homens para responder aos imperativos de sua vida cotidiana, dar um sentido às suas existências e compreender o que acontece para além dos horizontes que eles frequentam costumeiramente.” (CLAVAL, 2014, p. 11).

O autor também apresenta as práticas geográficas que contribuíram para a regulação social e do poder: a existência do Estado. Este último, nos lembra Ana Marangoni, ao citar Darcy Azambuja, em sua tese de doutorado, constituído por três conceitos principais, sendo, uma população, sujeita às mesmas leis; um território, base física e geográfica de sua população; e um governo, expressão dinâmica da política, poder supremo e independente (AZAMBUJA apud MARANGONI, 1982). Assim, não é possível um Estado sem a existência de uma população que atue e se identifique sobre um determinado território e que exerça sobre este um poder soberano. E o saber geográfico da humanidade muito contribuiu para que os povos e sociedades se organizassem de uma ou outra forma ao redor do globo terrestre.

“Os jogos de centralidade não nascem simplesmente das trocas. São ligados às funções de direção e de arbitragem atribuídas ao soberano. Este sabe que para ser obedecido é bom dividir o território que ele domina em circunscrições e instalar em cada uma delas agentes que o representem, que vigiem as ações de uns e outros, que zelem pela aplicação da lei. Muito antes que Jeremy Bentham propusesse a teoria do Panopticon, e que Michel Foucault a exumasse, os saberes geográficos funcionais se elaboram no domínio público para tornar possível a vigilância de todos e o exercício da soberania.” (CLAVAL, 2014, 29).

Ademais, dentro de suas preocupações, a geografia sempre, ou quase sempre, é atribuída à ambição da totalidade, à visão global, às habilidades estratégicas, ao estudo regional, relacionando complexos e levantando problemas. É esta visão que, nos primórdios de suas pretensões científicas, a diferenciou da corografia, mais preocupada com áreas particulares em oposição à totalidade geográfica.

“A ambição do geógrafo é outra: ele se dá por objetivo a totalidade da superfície terrestre. Seu ponto de vista é global. Para consegui-lo, ele se apoia na astronomia. Ela contribui para seu trabalho enormemente. [...] O geógrafo vai, assim, muito além do corógrafo, porque ele situa os complexos uns em relação aos outros e deduz de suas coordenadas as ideias sobre suas características e particularmente aquelas sobre seu clima.” (CLAVAL, 2014, p. 79).

O geógrafo, então, estuda as relações e os processos entre os fenômenos (naturais e antrópicos) atuantes no espaço terrestre. Tal visão ainda é bastante aceita dentro da comunidade geográfica e pudemos identificá-la em diversos momentos durante as falas dos entrevistados. A seguir apresentamos alguns desses trechos, na entrevista com a geógrafa Eloisa Raymundo Holanda Rolim, onde destacamos sua concepção sobre a natureza da formação profissional do geógrafo e qual é o seu trabalho no planejamento, mostrando forte referência da Geografia sobre o trabalho descritivo e analítico e, posteriormente, interpretativo:

*“O que eu acho que herdei da geografia. Primeiro o seguinte: essa capacidade de **ciência de síntese que se fala que a geografia é**, realmente isso foi útil pra mim na vida profissional. Essa capacidade de síntese que a gente tem na nossa formação. [...]”*

*É, acho que nós somos especializados mais em coisas “meio” mesmo. Eu, uma vez, fiquei pensando assim: o geógrafo e o sociólogo – porque eu senti isso na minha vida profissional e um dia deu um clique e eu entendi por que que é assim – nós somos preparados como profissionais, para além dos relatórios que a gente escreve, que a gente analisa, estuda e escreve, com ferramentas x, y, z. **Mas nós não somos preparados pra dar soluções, entendeu? O perfil do sociólogo e do geógrafo é um perfil de profissional que analisa, que descreve, que estabelece relações, correlações, mas ele não é treinado pra dar solução, de certa forma, tanto quanto é o engenheiro.** [...] ...nós somos profissionais mais para analisar e descrever o mundo e menos pra corrigir ou pra dar solução, certo. Não estou dizendo que os geógrafos não tem proposta, não nesse sentido de menosprezo, **mas é no sentido da natureza da nossa formação.** [...] Então, acho que nesse lado, o geógrafo tem uma certa, **ele acaba sendo um pouco eclético nesse sentido.**” (grifo nosso).*

Na entrevista com a geógrafa Olga Maria Soares e Gross, que atribuiu à busca pela totalidade a facilidade que temos em trabalhar com sistemas em rede e sua semelhança com a ecologia:

*“Porque a gente [geógrafos] é mais solto, sabe. **Como a gente tem que lidar com o todo**, você não é assim desesperado por defender o transporte, por exemplo, entendeu? Então a gente é mais cabeça aberta, eu acho. (grifo nosso).*

*[...] E a rede é uma coisa, **que pra gente que é geógrafo, a gente tem muita facilidade, porque é a ecologia**. Não é? Ecologia o quê que é? Ela nada mais é do que colaboração, é uma coisa chamada interação, interatividade. **Participação já era, hoje você tem que ter uma coisa muito mais avançada que é a interação...**” (grifo nosso).*

Ou na entrevista com a geógrafa Elisabete Correa Gasparello Buschel, que atribui ao geógrafo o estudo regional e de alguma forma horizontal:

*“[...]mas o que vale também, que eu acho que é muito importante, é essa **nossa visão regional**, porque a gente **tem essa formação de enxergar o ambiente como um todo, a gente não enxerga segmentado**, então eu acho que isso é sempre muito importante e eu percebi muito. [...] Acho que tem esse papel, de você ter uma visão mais abrangente do espaço como um todo e contribuir mais nisso.” (grifo nosso).*

Existem, também, visões contrárias a tal percepção, que acham esse método perigoso por beirar a superficialidade e o conhecimento genérico ao abordar diversos conhecimentos de forma sintética e generalista, como foi o caso da geógrafa entrevistada Stela Goldenstein, com opiniões totalmente inversas das anteriores, inclusive quanto às contribuições da disciplina para o planejamento estatal:

*“Qualquer outro tem essa possibilidade. O engenheiro também tem, o biólogo tem e na tua vida profissional você vai ver profissionais de todas as áreas que tem visão geral, visão estratégica, visão abrangente. **O geógrafo se consola da sua ignorância específica em profundidade nos temas, dizendo “ah, não, mas eu sei o geral”**. O geral os outros também sabem. A leitura geral, a leitura do território os outros também fazem. Quando são bons profissionais, é evidente, não é qualquer um. O geógrafo gosta de achar que tem alguma vantagem em saber pouco. [...]*

Eu preciso de um conhecimento aprofundado que o engenheiro tem, que o geólogo tem, que o arquiteto tem. Essa generalidade que a geografia traz, que é um pouquinho de cada coisa, ela não permite pro geógrafo participar em profundidade em nada, ele ‘borbulha’ inteiro.” (grifo nosso).

Por outro lado, Stela aponta um problema que, no decorrer do trabalho, surgirá muitas vezes, por diversas frentes e que, apesar de sua opinião contrária, acreditamos ser de muita importância para o trabalho geográfico: coletar e trabalhar os diversos interesses e conhecimentos de todos os agentes envolvidos para a elaboração de um plano e para que este plano dialogue com os outros planos e com a sociedade atingida:

[...] Porque nós ainda não sabemos como vincular os diversos interesses que estão em jogo na sociedade a processos de discussão que criem consensos sucessivos pra gerar planos. A gente não sabe fazer isso. E a geografia não ajuda em nada isso, nada, nada! Eu não aprendi nada na geografia que me ajudasse nisso.” (grifo nosso)

Este último depoimento é muito emblemático para a ciência geográfica. Não são poucas as vezes que escutamos problematizações similares. O geógrafo, contudo, na nossa concepção pode, deve e tem toda a liberdade de se especializar nas áreas de seu interesse, em busca de um conhecimento mais aprofundado que lhe forneça melhores subsídios para suas análises, pesquisas, estudos e interpretações – fato este, aliás, que já acontece há bastante tempo dentro da comunidade geográfica. Não deve, no entanto, perder – se aprofundando num alto grau analítico de pesquisa – sua capacidade sintética que ajudará a definir e escolher melhor suas conclusões e decisões finais:

“A riqueza da geografia como província do saber reside, justamente, no fato de que podemos pensar, a um só tempo, os objetos (a materialidade) e as ações (a sociedade) e os mútuos condicionamentos entretecidos com o movimento da história. As demais ciências humanas não dominam esse rico veio epistemológico.

[...] O problema central é como utilizar os conhecimentos sistematizados por uma disciplina no delineamento de soluções práticas e caminhos frente aos problemas concretos da sociedade.” (SANTOS, 2000)

Após as proposições que foram levantadas anteriormente, consideramos importante destacar algumas perguntas: será que a análise abrangente (horizontal) do geógrafo é facilmente substituída pela soma das análises particulares (verticais) das outras disciplinas? Para além disso, quais outras disciplinas poderíamos dizer que buscam uma leitura de mundo que possibilite a capacidade de fazer essa agregação dos saberes, levando em conta as noções de escala, contexto histórico, distribuição espacial, técnica etc., do problema? Mais adiante abordaremos tais questões novamente. O que urge deixar destacado neste momento é: na falta de

integração entre os três níveis de governo no que concerne aos planos e intervenções atualmente executados, nas suas incoerências e setorialidades internas e na eventual falta do geógrafo, qual é, então, o profissional que está articulando esta integração? De modo algum aqui pretendemos menosprezar o inestimável valor das diversas outras ciências ou mesmo diminuir sua importância dentro do trabalho do planejamento. Pelo contrário, nossa intenção é apenas de levantar algumas perguntas que nos permitem visualizar se a Geografia tem algo com que contribuir ao planejamento, principalmente quando em articulação com as outras ciências e conhecimentos. Podemos ainda observar que, num momento como o atual, quando há desarticulação entre os diversos níveis de poder e suas propostas, a questão, cada vez mais, torna-se interdisciplinar.

Em *O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo* (2001), Milton Santos se debruça nas questões metodológicas, buscando uma reflexão sobre o trabalho do geógrafo nos países subdesenvolvidos e a necessidade de um método apropriado que se adeque às características particulares do terceiro mundo, principalmente nas condições pós Segunda Guerra Mundial, quando o planejamento territorial se transformou profundamente e os objetos de estudo da geografia também. O autor, então, defende a importância da utilização de modelos e a preferência por trabalhar com dados sociológicos e econômicos, e não etnográficos, por serem métodos mais objetivos e proporcionarem uma visão dinâmica da realidade, e por ser, o fator econômico, o único dotado de autonomia, atualmente, e permitir a elaboração dos ditos modelos. (SANTOS, 2013)

O autor ainda trata da questão sobre os limites do trabalho geográfico quando este se aproxima das outras disciplinas, opinando

“ser necessário deter-se tão logo se suspeite que a sustentação do esforço de análise não possa mais contribuir para a compreensão da realidade geográfica estudada, ou ainda quando se constate a impossibilidade de prosseguir, mesmo que a continuidade se afigure útil ou indispensável a uma maior compreensão do assunto. Nesse último caso, deve-se apelar para um especialista...”

[...] Certo é que os geógrafos não devem tentar substituir os especialistas das outras disciplinas. [...] é preciso elaborar uma generalização, esforço que nos parece útil e necessário quanto servirá de ponto de partida para novos estudos regionais e quiçá para novos progressos, seja na Geografia, seja nas disciplinas afins.” (SANTOS, 2001, p. 53).

Essa forma de trabalho, própria da geografia, foi abordada dos mais diferentes modos pelas geógrafas entrevistadas, demonstrando diferentes percepções sobre o trabalho prático do geógrafo e afirmando, inclusive, que o exercício de trabalhar no planejamento pode ser elemento que acentua tais características, colocando o geógrafo na perigosa posição relatada por Stela Goldenstein, entre um conhecedor de diversos saberes relacionados ou um generalista superficial. Como na fala de Eloisa Raymundo:

"Então, o que que foi esta experiência em relação à geografia? Então, hoje eu não posso mais dizer exatamente que eu sou uma geógrafa, no sentido da atuação. A gente, em planejamento, faz um pouco de tudo, então nos tornamos um profissional meio generalista, eu acho. Os profissionais de planejamento, assim, urbano e regional, são meio generalistas.

*[...] Eu me sinto meio privilegiada, não foi só a formação acadêmica, foi também a vida profissional, mas acho que a gente consegue dar palpite, um pouco, em uma série de coisas. Eu consigo ler um texto de economista, a não ser que seja um economiquês que só faz cálculo e fórmula, mas consigo ler um texto de um sociólogo, de um cientista político, de um antropólogo, de um historiador. **Eu consigo lidar com essas categorias e todas elas somam na minha formação não só profissional, mas pessoal também.**" (grifo nosso).*

No caso da Elisabete Buschel, a seguir, essas características se refletiram em trabalhos mais práticos, recolhendo insumos e propostas dos diversos agentes, públicos e da sociedade civil, com a intenção de possibilitar a elaboração de um plano que atendesse ao máximo todos os agentes envolvidos. Tanto este, quanto o relato anterior, mostram uma habilidade importantíssima que não nos arriscaríamos a dizer que qualquer profissional tem: a capacidade de reunir outros especialistas e relacionar as diversas áreas do conhecimento para além da própria disciplina em busca de um consenso e de uma proposta que seja integrada e que dialogue com os múltiplos agentes envolvidos:

"Depois eu comecei a trabalhar mais com planejamento mesmo quando eu fui pra Secretaria do Meio Ambiente, que foi em 1991, quando eu comecei a trabalhar com o Gerenciamento Costeiro do Estado. Então foi aí que, além de produzir os mapas, eu participava das reuniões públicas de discussão, porque aí o planejamento passou a ser participativo, então eu participava das reuniões, organizava as reuniões para discutir todas as propostas e recolher insumos do pessoal. [...] Eu trabalhei aí até 2008 e de todas as discussões, porque esse processo do planejamento é muito demorado, na época eram os grupos tripartites, formados pelo Estado, os Municípios e a Sociedade Civil, então eram

discussões, idas e vindas, até chegar num consenso de um zoneamento.” (grifo nosso).

*[...] é isso, eu sei que, assim, eu trabalhei muito tempo e era muito diversificado, e eu acho que esse é o perfil do geógrafo. **Você consegue atuar em várias frentes, tanto fazendo mapeamento, quanto organizando as reuniões públicas, como discutindo.** Na época que a gente estava fazendo o Zoneamento Ecológico Econômico, discutindo todas as questões econômicas, físicas, do ambiente, as áreas que precisam ser conservadas, essa eu acho que foi uma importante contribuição.”* (grifo nosso).

Podemos reconhecer nas falas das entrevistadas alguns elementos da Geografia Ativa, desenvolvida por Pierre George, Bernard Kayser, Yves Lacoste e Raymond Guglielmo. Considerando-a uma ciência humana, o autor procura afirmar a geografia como conhecimento útil e aplicável para a sociedade, sua função de síntese deve buscar compreender o conjunto das relações entre os fenômenos que acontecem no espaço e não somente os fenômenos pontualmente, portanto os processos, possibilitando a capacidade de obter uma concepção sintética ou da totalidade dos diversos conhecimentos e problemas que abrange. Consideramos o trecho a seguir muito representativo, tanto no que diz respeito às atribuições do geógrafo, quanto na sua relação com as esferas técnica e política:

“Porque o geógrafo traz, e é o único a poder trazer, os ensinamentos de uma concepção global dos conjuntos e das relações. Capaz de assimilar os resultados das pesquisas das mais diversas especialidades, o que já não é pouco e o que deveria satisfazer amplamente suas ambições, ele é, por definição, o agente de coordenação, o intermediário natural entre o exército dos técnicos especializados e a política que toma as decisões na dupla consideração das necessidades de fato e das opções do momento”. (GEORGE, 1966, p. 28).

O autor ainda aborda um tema importante sobre a separação entre o conhecimento voltado para a pesquisa científica, o trabalho técnico e o voltado para transmissão através do ensino, de modo que a maneira como esse conhecimento é transmitido pode muitas vezes contribuir para a ideia de que a geografia não é aplicável na prática. Esse problema ainda pode ser reconhecido nos dias atuais e talvez seja uma das principais questões levantadas nesse trabalho: a relação entre o universo teórico, abstrato e ideal e a realidade prática, empírica, concreta. Não terá o universo acadêmico por muito tempo se voltado apenas para o sujeito pensante, *res cogitans*, esquecendo de seus reais obstáculos, *res extensa*, com os quais deveria dialogar?

CAPÍTULO 3 – O GEÓGRAFO NA ESFERA TÉCNICA E POLÍTICA – “a distância entre a decisão que se toma e o plano que se faz”

Neste capítulo, procuramos levantar algumas questões e problemas de ordem prática nas diversas situações do trabalho do geógrafo, e outros profissionais, e do planejamento, principalmente quanto às responsabilidades, técnica e política, no trabalho realizado na esfera pública, a singularidade ou não dos diversos sujeitos das práticas sociais (político, técnico/profissional, cidadão, etc) e as consequências dessas questões.

Planejar significa recolher insumos para atingir um objetivo determinado, sistematicamente. Perceber a realidade, buscar caminhos, projetar o futuro, escolher o traçado ideal, aplicar o projeto e avaliar os resultados. Planejamento, portanto, pode ser uma ação de um indivíduo, de um grupo, de uma empresa, etc., e também de um Estado, significando simplesmente que o agente, que se utiliza do ato de planejar, possui metas e o propósito de cumpri-las de uma forma pensada e organizada sistematicamente. Planejar é racionalizar as ações, portanto, não improvisar no momento de intervir no território e na sociedade. A ideia de intervenção, no entanto, *“supõe um interesse político, entendido como interpretação histórica mais ampla, que implica um ideal de futuro como espaço de resolução de problemas supostamente arraigados nas sociedades”* (SANTOS, 2000, p. 11). Dentre os diversos tipos de planejamento, o planejamento estatal é o que atua mais amplamente sobre o espaço, já que lhe compete pensar sobre todo o seu território, sociedade e o próprio governo, sendo assim de grande interesse para a geografia, pois interfere diretamente nas relações sociais, econômicas e físicas do lugar onde atua:

“Todavia, o tipo de planejamento que mais pode interessar à Geografia, é aquele que pode interferir de forma mais ampla e diversificada no espaço de seu interesse, que mais impacto pode (geralmente) causar, e que, de outro lado, mais é condicionado pelos elementos físicos e sócio-econômicos desse espaço: o chamado planejamento governamental.” (MARANGONI, 1982).

Marangoni prefere utilizar em sua tese o termo “governamental”, ao invés de “estatal”, pois tratava de estudar alguns casos específicos de planejamento,

elaborados e implantados por um governo específico, num contexto também específico. Nós, para o presente trabalho, preferimos utilizar o termo “estatal”, pois acreditamos que, independente de qual é o governo, todos os agentes sociais envolvidos (sociedade política e sociedade civil) devem participar do ato de planejar, apesar de tal anseio ainda não ser uma realidade e nem existir um consenso sobre a forma como isso deve ocorrer. Outro motivo é que aqui não tratamos do planejamento de um governo específico, mas sim das concepções de planejamento, praticadas pelo Estado brasileiro ao longo da história, através do embate entre o mundo ideal (das ideias) e uma realidade específica (o discurso dos geógrafos planejadores).

Atualmente, no Brasil, temos três escalas de governo e o planejamento se dá de uma determinada forma dentro de cada uma delas. Na escala federal, o planejamento pode ser global, abrangendo população, território e governo de modo integrado; setorial, voltado para setores e atividades específicas, como o próprio nome indica; e regional, voltado para uma região/área específica do território. Na escala estadual, temos também os mesmos três níveis de planejamento, além do, mais recentemente, planejamento metropolitano, voltado para a integração das ações planejadas dentro da região mais dinâmica, social e economicamente, do território. E em nível municipal, o planejamento normalmente é setorial, socioeconômico, rural ou urbano, se voltando mais para questões pontuais, de ordem prática e de necessidade imediata.

Na sua tese de doutoramento, em 1982, Ana Marangoni faz um balanço dos planos desenvolvidos no Brasil desde a década de 1930 e levanta algumas proposições sobre o entrosamento e a coerência dos planos, tanto internamente quanto em níveis de escala governamental, principalmente quanto aos planos metropolitanos:

“E ainda nesse caso, como ocorre, de resto, não só em São Paulo, como nem só em um ou outro nível de planejamento, os problemas básicos continuam a ser os mesmos: o não entrosamento entre os diferentes níveis de planos, a não coerência interna de cada um deles, (em termos de integração setorial), a não continuidade de aplicação (e conseqüentemente, a não avaliação de resultados), e entre muitos outros, a falta de estudos adequados, e a não participação da população, de forma mais ampla, na indicação de soluções e na aceitação de compromissos.”
(MARANGONI, 1982).

Marangoni escreve sua tese em 1982 e, no entanto, ao aplicarmos as entrevistas, escutamos novamente boa parte dos problemas por ela citados, trazendo à tona questões de ordem técnica e política e o modo como se dão as relações entre os processos de criação e de decisão e aplicação de um plano. O entrave entre os diversos interesses políticos e as reais necessidades apontadas pelos estudos e projetos elaborados, a escolha estratégica de prioridades e o destino dos recursos financeiros, a alternância descontínua dos governos, etc.. Como na fala da entrevistada Eloisa Raymundo, a seguir:

*“Aqui, no nosso mundo, a política é muito despreparada em geral. Ou ele é preparado como político e tal, então ele dá muito pouca importância ao trabalho técnico, à qualidade do trabalho técnico, infelizmente. **Então a distância entre a decisão que se toma e o plano que se faz, que nem agora essa crise da água, todo dia na imprensa: “falta o planejamento, faltou planejamento”. Não é planejamento que faltou. Tem mil planos que falam da escassez hídrica da grande SP há anos! Faltou decisão política de querer investir.** (grifo nosso).*

*[...] Então, também quando a mídia fala certas coisas, não é falta de estudo, é falta de decisão: o recurso não é para tudo, então eu ponho recurso aqui e não ali, entendeu, opto por isso, essa é a questão. Então a gente se frustra muito profissionalmente, porque às vezes, eu vi isso de perto, por que às vezes você tem uma coisa que está estudada a dez anos, um monte de gente já estudou e está madura. Aí entra um governador novo, um prefeito novo, sei lá quem, e aí vem um assessor dele com uma ideia lá, mirabolante, influenciada às vezes por uma consultora ou por uma empresa, e que parece aquela solução fácil, **e aquilo tudo passa na frente daquele estudo que você tem há dez anos já, maduro, preparado ali.**” (grifo nosso).*

A questão da falta de participação no processo de criação e tomada de responsabilidades por parte da sociedade, a falta de coerência entre o plano e as necessidades da realidade, a importância do diálogo entre as comunidades (técnica, política, civil, etc.) e a dificuldade que ainda temos em promover um processo participativo que seja representativo e, ao mesmo tempo, viável e eficiente, como na fala da entrevistada Elisabete Buschel:

*“Então você faz tudo isso e tecnicamente você pode bolar um zoneamento maravilhoso, técnico. Mas isso não cola na realidade de quem vive na região. **Então por isso você não pode segmentar: é técnico, é político, é social. Quem está envolvido, a população que mora, e os órgãos públicos, que no fim [é quem] toma a decisão, não é. Eu acho que não dá pra segmentar não. E é esse processo que foi interessante no Gerenciamento Costeiro e por isso que foi tão demorado.** (grifo nosso).*

*[...] Essa relação é complicadíssima, por que, o que acontece: toda discussão é feita e você chega num consenso – estou falando do Gerenciamento Costeiro que é a minha maior experiência. Então você chega num zoneamento acordado com os municípios e **aí demora tanto pra implantar que mudam os prefeitos, muda o governo do Estado...** (grifo nosso).*

*[...] O processo já é demorado e aí na hora de implantar muda tudo e parece que não tem muito interesse, não sei. **Eu acho que o setorial acaba interferindo mais do que o planejamento global de uma região. O setorial acaba definindo e nem sempre é o que foi planejado, inclusive com todos os acordos realizados com a população, com a sociedade, planejado na época. [...]** A própria estrutura do governo. É isso que eu falo, o setorial acaba interferindo e acaba dando as linhas do planejamento. Toda essa discussão que você faz muitas vezes, com a população, com os setores envolvidos, não rola." (grifo nosso).*

Nesse sentido, a entrevistada Stela Goldenstein fala com muita clareza, mostrando como há diversas concepções e diferentes usos sobre o termo “participativo”, prática ainda recente e em desenvolvimento no país. Como ele pode ser utilizado como fachada para interesses mais profundos e subjetivos, muitas vezes resumido ao diálogo com movimentos sociais, negligenciando os outros agentes envolvidos, sejam outros grupos da sociedade civil, comunidades técnicas ou até mesmo o setor privado. Aborda, também, a problemática sobre o forte poder de decisão setorial, que acaba inutilizando o trabalho de organização regional, ou global, agindo de forma desarticulada com os outros setores ou mesmo invertendo a direção do processo de planejamento:

*"Só depois da constituição, pós ditadura, só depois de uma grande quantidade de fracassos desses planos que não eram, simplesmente, implantados, é que se conseguiu perceber que eles não tinham capacidade de interagir com o mundo. **Eles eram simplesmente uma expectativa de tecnocratas, com suporte acadêmico importante – que a academia bancava essa tecnocracia – buscando dar uma racionalidade que só atendia a interesses setoriais.** (grifo nosso.)*

*[...] O fato é que depois da constituição é que se começou a levantar novas formas de discutir o planejamento de uma maneira interativa com os vários interlocutores. Mas ainda muito recentemente se fez planejamento dessa forma centralizada e tecnocrática. [...] Porque quem são os interlocutores? Na verdade, quando... essa ideia de que o plano, ele só existe se ele é feito, ele só existe como realidade que de fato pode orientar investimentos públicos e ação privada, **só tem validade esse plano se ele for construído numa interlocução ampla com os vários segmentos que vão precisar dar vida pra esse plano, tornar ele uma realidade, executar ele.** Essa noção começou a ficar clara no começo dos anos 2000, digamos. Mas ainda hoje a tendência da academia é achar que*

o interlocutor válido pra discutir são movimentos sociais. Então continua manco. (grifo nosso).

*[...] Planos de organização territorial, mas os processos de decisão dentro dos governos são setoriais, infelizmente. Então essa mudança de dar pros planos setoriais uma visão das necessidades e demandas inter-setoriais é que é muito difícil. Na hora em que os governos vão definir os seus investimentos, eles definem, por exemplo investimentos em transporte, investimentos em abastecimento de água, investimentos em educação, em saúde, e dificilmente eles dialogam entre si, esses setores. A ideia de um plano é de que você vai fazer, um plano regional que é a visão mais comum do geógrafo, é de que você vai fazer, dar uma lógica de proteção territorial, de valorização de recursos etecetera, que vai alimentar os planos setoriais. Mas o geógrafo não dialoga com os planos setoriais. **E não existe esse poder centralizado que de dentro do Estado decida, “então eu, tendo em vista o que o geógrafo me falou, de um plano regional, eu, agora o meu plano de transportes vai ser assim”. Não existe isso.***

*[...] Ela é necessária [a participação social], mas quando a gente fala em trazer os interlocutores, ela tem se reduzido a isso. E na verdade, por que: é mais uma vez um plano que não vai funcionar. Porque isso é fazer falação pra fazer papel, fazer plano, mas o processo de tomada de decisão se dá à parte disso, ele se dá setorialmente. **Teria que fazer atrás para adiante: eu tenho metas e, então, em cima dessas metas, acordar metas socialmente, e em cima dessas metas ir definindo a ação setorial de cada segmento e como ele corrobora para aquela meta.** Mas não é assim que se tomam as decisões em poder público, não só no Brasil, no mundo afora e em todas as esferas de governo no Brasil.”* (grifo nosso).

Agora, dentro de todo esse universo de falas e posições profissionais, destaca-se uma questão de suma importância e pouco discutida de maneira clara e precisa: a responsabilidade como sujeito – cidadão, público, profissional, técnico, etc. – perante a sociedade. Com a aceitação do planejamento nas sociedades capitalistas, principalmente a partir da 2ª Grande Guerra Mundial e no posterior Governo Militar, no caso do Brasil, para se diferenciar do planejamento socialista soviético, defendeu-se muito o planejamento como uma técnica e que, como todas as técnicas, o planejamento seria neutro. Buscava-se dissociar a correlação existente entre planejamento e socialismo: a técnica de planejar não escolhe lados ou assume posições. O que não podemos esquecer é que os indivíduos que atuam no planejamento não são, e não devem ser, neutros. São técnicos, sim, o que não quer dizer que deixam de ser cidadãos, ou de ter uma posição Política e Ideológica, ou que seus estudos não serão utilizados para um fim específico que é, inevitavelmente, determinado por escolhas políticas. Ou são políticos mesmo, e aí

são os últimos a possuírem qualquer neutralidade. Nessa perspectiva, corriqueiramente o planejamento é desvinculado da implantação das propostas, tendo como finalidade pura e simplesmente a confecção do plano. E isso coloca os planejadores em uma posição confortável, pois não poderão ser questionados sobre os resultados, dada que a decisão de executar o plano não é responsabilidade técnica, mas sim política. Nesta lógica, podemos concluir, portanto, que os planos, assim, já são orientados desde o início pelos interesses do corpo político em vigência, ou enfim, do cliente que contrata o plano. Até onde vão e aonde se encontram, então, os limites dessas esferas técnica e política? Essa é uma questão complicada e abrange toda e qualquer parte da vida social, inclusive em nível familiar ou numa pesquisa acadêmica.

Na realidade, o que achamos importante destacar, no limite, é que o resultado do planejamento não é neutro e mediador dos conflitos da sociedade, mas sim resultado dos interesses de quem o promove e o executa. E quando não, é arquivado por estes mesmos agentes “contratantes”. Aí, talvez, resida a importância da participação da sociedade nesse processo, pois que são justamente os cidadãos, os agentes políticos que tem o interesse de que a intervenção seja executada e, de uma ou outra forma determinada, que melhor lhes contemple. *Participação*, contudo, não pode significar que a sociedade tomará as rédeas dos processos de decisão e passará a elaborar os planos e intervenções. Afinal por que teríamos, então, um sistema de representatividade? Além disso, mesmo que falássemos de uma intervenção localizada, de pequena escala, qual o limite de compreensão das questões de conjunto, prioridades, hierarquização de prioridades, prazos, manutenção de investimentos etc., de um grupo social inteiro ou, no limite, de toda a sociedade? Seria, para dizer no mínimo, impraticável. Entendemos o processo *participativo*, embora ainda não tenhamos dado como uma concepção definitiva, mas em construção, como forma de pertencimento, desde o processo de coleta e articulação de dados e subsídios diretamente com os agentes envolvidos e seus representantes – de alguma forma semelhante ao trabalho que a geógrafa Elizabeth Buschel descreve em sua fala –, até o momento de elaboração, execução e avaliação dos resultados, no sentido de que o plano deve ser feito visando não apenas o objeto central e concreto de intervenção, mas as consequências que acarretará. E tais consequências irão realimentar o processo, positiva ou

negativamente, criando novas demandas e novos planos muito provavelmente inesperados. As reações perante a implementação de uma ação governamental oferece parte do resultado de avaliação do mesmo, concomitantemente, a própria ação governamental dá o “tom” das políticas que o governo pretende adotar. Tal proposição talvez se assemelhe à concepção de *política pública*, termo mais utilizado atualmente, vista como um processo, definida por Edson Capitanio como:

“Política pública é um processo. Ela se inicia pela identificação de um problema de natureza coletiva bem como de seu contexto (quais são os principais agentes envolvidos, os eventos e condições que precipitaram sua emergência, e os cursos alternativos a serem tomados). A partir daí, passa-se a identificação de medidas que levem ao desenho de um conjunto de programas, projetos e ações com objetivos, metas e escopo bem definidos. Ela se complementa com sua implementação e com a avaliação de seus impactos.” (CAPITANIO, 2001 apud MIRANDA, 2003, p. 135).

Como bem apontou Maria Eliza Miranda em sua tese de doutorado, as políticas públicas sinalizam uma direção de planejamento setorial, apontam como o governo pretende intervir em determinado setor público e a qualidade, ou tipo, de processo adotado (MIRANDA, 2003). A política pública visa objetivos setoriais, mas sua execução deve vislumbrar todo um leque de consequências na sociedade que acarretará alterações e novas demandas nas mais diversas áreas e setores da sociedade.

Para toda essa discussão, destacamos uma posição de Milton Santos que oferece referência para o debate, quando fala sobre a objetividade do trabalho de pesquisa, mas que acreditamos ser válida em quaisquer outras esferas da vida, pessoal e coletiva:

“Certamente, é difícil para um especialista em ciências sociais desfazer-se totalmente de seus preconceitos. Aliás, essa procura de objetividade não exclui a manutenção de uma atitude ideológica, sem a qual as construções dos pesquisadores careceriam de coesão. Assim, nossas hipóteses de trabalho, a exemplo de nossas conclusões, serão de uma maneira ou de outra marcadas pela nossa visão do mundo, quer na sociologia, na demografia, na história ou na geografia, quer na economia. Como, então, pretender julgar uma sociedade qualquer sem deixar intervir nossos próprios arquétipos? Em que limite podemos desembaraçar-nos desses critérios, aparentemente tão naturais, que nos acodem quase automaticamente ao espírito? Seria necessário poder separar o homem de ciência do cidadão...” (SANTOS, 2013, 47).

O autor sabe não ser possível tal separação, mas será mesmo que deveríamos buscar tal intento? Não seria mais claro e coeso ser consciente dos próprios critérios e arquétipos, e possuir uma posição de análise assumida? Até porque, qualquer um que se propõe a julgar uma sociedade, qualquer que seja esta, necessita de uma referência e fundamento para fazê-lo. A nosso ver, não se trata de separar, mas de identificar e ter clareza sobre as próprias posições e ideais políticos e culturais, sendo assim possível a autocrítica sobre a própria concepção de mundo. Todos podemos ter diferentes posições conforme a “cadeira que sentamos”, o que não podemos é negar uma posição pela afirmação da outra. Em outras palavras, temos de ser sujeitos coerentes e, mais ainda, dialógicos com as diferentes posições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o que foi até aqui apresentado, acreditamos não haver dúvida quanto ao interesse da Geografia sobre o planejamento e a gestão territorial por parte do Estado. A própria Ana Marangoni resolve bem esta questão em seu doutorado, de modo que não se trata de discutir propriamente sobre isso. Pelo contrário, trata-se de como, e com o que, a geografia pode e deve contribuir para que tenhamos um desenvolvimento melhor e mais justo no âmbito das ações do que se chama de *planejamento* ou, atualmente, *políticas públicas*.

Como pudemos perceber, através das entrevistas e pesquisa, os geógrafos estão espalhados, juntamente com outros profissionais, pelos corpos técnicos e administrativos de nossas instituições e tem participado de maneira importante no auxílio, pesquisa e subsídios desenvolvidos nas mesmas. O olhar amplo e dinâmico do geógrafo, que procura observar não apenas os fenômenos isolados no tempo, mas a forma como estes se inter-relacionam e atuam no território e na sociedade, poderia ser um importante suporte para os grupos interdisciplinares no trabalho que diz respeito à busca de uma articulação mais integrada e de melhor qualidade entre os planos, intra e intergovernamentais. Pode contribuir na busca de um planejamento menos como um instrumento de Estado e mais como um instrumento Político, que não pode “*prescindir da consciência e responsabilidades políticas e sociais (que lhe são) consequentes*” (CASTELLS, 1975, p. 114 apud MONTEIRO, 2007, p. 48).

Com as questões levantadas neste trabalho, pudemos visualizar possíveis caminhos de pesquisa que se mostram necessários para uma melhor compreensão dos problemas e, quem sabe, a formulação de respostas. Fato é que precisamos buscar compreender melhor o funcionamento e as bases conceituais do que são as chamadas *políticas públicas* e de que forma nós, geógrafos, podemos contribuir para que sejam melhor articuladas entre si e com as consequências sociais que acarretam, de modo a buscar soluções inteligentes e mais coerentes para os problemas de nossa sociedade. A Geografia poderia deixar um pouco de lado seus antagonismos teóricos internos (que muitas vezes apenas se apresentam como antagonismos) e buscar caminhos mais propositivos e que tenham consequências de fato sobre a forma como desenvolvemos e construímos nosso

espaço e conhecimento. Poderíamos assistir e comentar menos, e participar mais. Deixar a crítica um pouco de lado, e atuar. Mas essa ideia requer a elaboração de novos estudos e propostas de investigação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Zélia Mana Mendes Biasoli e SILVA, Maria Helena G. F. Dias da. **Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta.** *Paidéia (Ribeirão Preto)* [online]. 1992, n.2, pp. 61-69. ISSN 0103-863X. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X1992000200007>.
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. *Estética da criação verbal*, – 6ª ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.
- BRASIL, Lei Nº 6.664, de 26 de junho de 1979. Disciplina a Profissão de Geógrafo e dá outras providências.
- CLAVAL, Paul. *Terra dos Homens: a geografia*. Domitila Madureira (trad) – 1. Ed., 1ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2014.
- GEORGE, Pierre. *A Geografia Ativa*. Gil Toledo, Manuel Seabra, Nelson de la Côte e Vincenzo Bochicchio (trad), São Paulo: Edusp, 1966.
- IANNI, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil: 1930-1970*. Civilização Brasileira, 3ª edição, 1979.
- LACOSTE, Yves. “A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos”, *Boletim Paulista de Geografia*, Nº 84, São Paulo, 2006. URL: http://www.uel.br/cce/geo/didatico/omar/pesquisa_geografia_fisica/BPG84_Pesquisa.pdf.
- MARANGONI, Ana Maria Marques Camargo. *O Governo Planejador e as Transformações do Espaço Brasileiro*. Tese de doutoramento apresentada ao DG, FFLCH, USP. São Paulo, 1982.
- MIRANDA, Maria Eliza. *Meio Ambiente e Habitação Popular – o caso do Cantinho do Céu*. Tese de Doutorado apresentada à FFLCH USP em maio de 2003. pp. 135.
- MONTEIRO, Circe Maria Gama. “O Planejamento: algumas considerações”, *etc, espaço, tempo e crítica*. Rio de Janeiro, 15 de maio de 2007. URL: http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007_1_2.pdf.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. “Notas sobre identidade nacional e Institucionalização da geografia no Brasil”, *Revista Estudos Históricos*, 1991, acessado em 09/06/2015 no sítio <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2322/1461>.
- MORAIS, Fernando; GONTIJO, Ricardo e CAMPOS, Roberto De Oliveira. *Transamazônica*. 1. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- PEREIRA, Sérgio Nunes, “História do pensamento geográfico”, *Terra Brasilis* [Online], 2|2000, posto online no dia 05 Novembro 2012 consultado, em 10 junho 2015.

URL: <http://terrabrasilis.revues.org/316> ; DOI : 10.4000/terrabrasilis.316.

- SANTOS, Milton. *O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo*, Sandra Lencioni (trad.) – 5 ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.
- SANTOS, Milton. “O papel ativo da geografia: um manifesto”, *Território*, ano V, nº 9, Rio de Janeiro, jul/dez 2000.
URL: http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/09_7_santos.pdf.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- CANO, Wilson. “Da década de 1920 à de 1930: transição rumo à crise e à industrialização no Brasil”, *Revista Economia*. Campinas, Set/Dez 2012. URL: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/1179>.
- EMPLASA. *Emplasa, 40 anos de planejamento metropolitano*. Governo do Estado de São Paulo – Imprensa Oficial, São Paulo, 2014.
- GEORGE, Pierre. *Os Métodos da Geografia*. Heloysa de Lima Dantas (trad). Rio de Janeiro – São Paulo: DIFEL, 1978.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. *Geografia e Modernidade*. – 10. ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- LANGENBUCH, Juergen Richard, *A Estruturação da Grande São Paulo: estudo de geografia urbana*. Tese de doutoramento apresentado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro da Universidade de Campinas, 1968.
- REZENDE, Fernando. “Planejamento no Brasil: auge, declínio e caminhos para a reconstrução”, *CEPAL*, LC/BRS/R.205, Brasília, Dez 2010. URL: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=9677.
- SÃO PAULO, Lei Nº 16.050, de 31 de julho de 2014. Dispõe sobre o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. – Texto de lei ilustrado – São Paulo, 2014.
- Secretaria Estadual da Casa Civil, Emplasa. *Atlas de inserção urbana de linhas de metrô: RMSP: linha 2 – verde, linha 6 – laranja, linha 15 – prata, linha 9 – celeste*. – 1. ed. – São Paulo:EMPLASA, 2015.
- Secretaria Estadual da Casa Civil. *Plano de Ação da Macrometropole 2013-2040: o futuro das metrópoles paulistas*. São Paulo, 2013.

